



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000000240

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0011524-46.2024.8.26.0521, da Comarca de São Paulo, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravado BRUNO ROSA DOMINGUES.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso, para cassar a progressão, determinando-se retorno ao semiaberto, condicionando-se, eventual reapreciação, à realização de exame criminológico.V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente sem voto), GILBERTO CRUZ E TEIXEIRA DE FREITAS.

São Paulo, 6 de janeiro de 2025.

EDUARDO ABDALLA

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

AGRAVO EM EXECUÇÃO nº 0011524-46.2024.8.26.0521

Comarca: SOROCABA

Juízo de origem: DEECRIM 10ª RAJ

Agravante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Agravado: Bruno Rosa Domingues

VOTO nº 32348

Direito Penal. Agravo em Execução Penal. Progressão de Regime. Provimento.

I. Caso em Exame

Irresignação ministerial contra decisão que deferiu a progressão ao regime aberto para agravante com duas condenações definitivas por tráfico ilícito de drogas e uma por roubo circunstanciado.

II. Questão em Discussão

2. A questão em discussão consiste na ausência de suficiente aferição da possível assimilação da terapêutica penal pelo agravante.

III. Razões de Decidir

3. A ausência de avaliação adequada da assimilação da terapêutica penal pelo agravante justifica a revisão da decisão de progressão de regime.

4. A gravidade das condenações por tráfico ilícito de drogas e roubo circunstanciado requer análise criteriosa para concessão de benefícios.

IV. Dispositivo e Tese

5. Recurso provido.

Tese de julgamento: 1. A progressão do regime requer avaliação suficiente da assimilação da terapêutica penal. 2. As condenações por crimes graves exigem análise criteriosa para concessão de benefícios.

Trata-se de **AGRAVO EM EXECUÇÃO** interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, contra **decisão que concedeu progressão ao regime aberto** a **BRUNO ROSA DOMINGUES**, cuja cassação pleiteia, por ausência de requisito subjetivo.

Devidamente processado e mantido o ***decisum***, o Parecer

da **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** foi pelo provimento.

É o relatório.

BRUNO, reincidente, resgata pena corporal de 16 anos, 11 meses e 16 dias de reclusão, em regime semiaberto, por crimes gravíssimos – duas condenações definitivas por tráfico ilícito de drogas e uma por roubo circunstanciado -, cujo término de cumprimento está previsto somente para **7/7/2028** (fls. 17).

Como se não bastasse, registra, ainda que reabilitadas, **falta disciplinar de natureza grave (abandono trabalho externo) e média (tentativa de burlar a vigilância)** (fls. 20).

O atestado de bom comportamento carcerário (fls. 16) se limita a certificar sua conduta no interior do estabelecimento prisional, sem se reportar a dados importantes sobre a sua personalidade e conduta social.

Nesse diapasão, pela natureza dos delitos praticados, longa pena a cumprir, prática de falta disciplinar, ausente suficiente comprovação de completa assimilação da terapêutica penal, cuja aferição ainda não se fez possível, por se revelar ainda prematura a concessão da benesse, pela ausência de elementos seguros e indicadores de que não reincidirá.

Malgrado discussão sobre in(constitucionalidade) da Lei nº 14.843/2024, também conhecida como “Lei Sargento PM Dias”, o exame criminológico, antes facultativo, já era exigível e imperioso, com justificativa individual, nos casos albergados pela Súmula/STJ, nº 439 - *“delitos cometidos com violência ou grave ameaça ou quando o agente demonstrar uma elevada periculosidade na execução do crime”* -, o que é o caso, tornando estéril debate sobre eventual irretroatividade da novel legislação.

Mister ressaltar ainda, que a execução penal é regida pelo princípio do ***in dubio pro societate***, ou seja, a dúvida plausível acerca do mérito do condenado em obter o benefício, deve ser resolvida em favor da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

sociedade, que não pode ser obrigada a conviver com a insegurança.

Diante do exposto, **dá-se provimento ao recurso, para cassar a progressão, determinando-se retorno ao semiaberto, condicionando-se, eventual reapreciação, à realização de exame criminológico.**

EDUARDO ABDALLA
Relator